

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 52ª
(QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 12 DE JUNHO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Cumprimento todas as senhoras e senhores presentes aqui no plenário.

A Presidência vai suspender os trabalhos por quinze minutos, visto que não temos *quorum* regimental para começarmos a deliberar sobre as matérias.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h14min, a sessão é reaberta às 15h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	2

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto aqui a um assunto que é notícia no mundo: as notícias colocadas no *site The Intercept*, para todo mundo. Os principais jornais do mundo estão dando repercussão a essas notícias.

Aqui no Brasil, eu sinto que existem alguns canais de televisão tentando blindar ou tentando acobertar os malfeitos do Ministro Sérgio Moro, os quais o *The Intercept* já divulgou. É verdade que ele fez um acordo com o capitão capiroto – está no *site The Intercept* – para ajudar o capitão capiroto a ganhar as eleições, e, assim ocorrendo, ele ganharia o cargo de Ministro da Justiça inicialmente; depois, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu vi a participação de alguns Ministros do STF. Para mim, foi muito importante a participação corajosa do Ministro Gilmar Mendes, que disse, com todas as letras, que as notícias são estarrecedoras e que não importa a maneira como foram conseguidas, são provas em qualquer canto. No mesmo sentido também falou o Ministro Marco Aurélio.

Entretanto, eu vi ontem uma triste entrevista do Ministro Barroso – mais uma vez o Barroso! Mesmo tendo dito que Ministro só fala nos autos, ele terminou falando mais do que os outros. Ele está muito mais preocupado em preservar o Moro do que em deixar que sejam apuradas as questões e que venham as punições.

Outro detalhe que está ali: não é verdade que houve hackeamento de notícia; não foram *hackers* que fizeram isso – apesar de ficarem dizendo que abriram quatro inquéritos para apurar quem é o *hacker*. Não há hacker! Ali deve ser uma briga dentro da própria força-tarefa, que virou uma instituição lá em Curitiba, e alguém deve ter deixado vaziar o áudio. Aquilo lá não é hackeamento, é vazamento de informação! É disso que se fala.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, ontem, não teve a coragem de assumir o papel que ela deveria assumir, que seria pela soltura do ex-Presidente Lula, que é inocente do que foi acusado no processo. Eles não tiveram a coragem de fazer isso! E mandaram para o Plenário do Supremo – quando a Segunda Turma é tão ágil para decidir outros assuntos. O Ministro Toffoli está dizendo que vai pautar o assunto no segundo semestre. Ou seja, daqui a seis meses. Sabe-se lá quando vai ser pautado!

Eu acho que essa posição do Supremo Tribunal Federal envergonha a nação brasileira. Ela traz cada vez mais incerteza, porque não se sabe, efetivamente, o que eles querem. Eles teriam que ser os guardiões da Constituição brasileira! Eles deveriam zelar efetivamente pelo cumprimento da Constituição! Na medida em que um Ministro do Supremo não cumpre a Constituição, quem é que vai cumprir?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	3

Portanto, fica aqui o meu protesto com relação a essa posição acovardada do Supremo Tribunal Federal, que não está dando a resposta necessária, que a nação brasileira exige neste momento.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não havendo mais nenhum Líder aqui para fazer uso da palavra, dou como encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado José Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Boa tarde a todas.

Nesse início desorganizado ainda da nossa sessão, eu queria, em primeiro lugar, dizer, sobretudo aos Deputados e Deputadas que são da base do governo, que eu, por duas ocasiões, ouvi o Governador Ibaneis falar que o seu governo seria um governo voltado prioritariamente para os mais pobres, para os mais necessitados – tanto na diplomação quanto na sua posse aqui na Câmara Legislativa. Mas eu não sei se o Governador sabe que a Secretaria de Desenvolvimento Social, cuja ação prioritária é justamente voltada para os mais necessitados, tem descumprido essa determinação que, em seus discursos, ele tem defendido.

Presidente Rafael Prudente, eu queria que V.Exa. transmitisse ao Governador que, hoje, dos onze restaurantes comunitários, cinco estão fechados porque deixaram vencer o contrato – não o renovaram, então esses restaurantes estão fechados. Também o contrato para a aquisição de cestas básicas foi encerrado, e as pessoas não as estão recebendo, porque a Secretaria não as está adquirindo.

Então, que preocupação com a população mais pobre, mais necessitada é essa, se a secretaria cujo objetivo institucional é cuidar justamente dos mais pobres não está cuidando deles?

Da mesma maneira – eu já tinha dito isso ao Secretário, quando o visitei –, é preciso que seja feita a renovação dos cadastros das pessoas que recebem o programa Bolsa Família e o programa DF Sem Miséria para que elas continuem recebendo. Todos sabem que o programa define dois anos para que os cadastros possam ser refeitos, e até agora nenhuma medida concreta vem sendo feita para atualização cadastral dos beneficiários do programa Bolsa Família e do programa DF Sem Miséria.

Quando estive à frente da Secretaria – e em seguida, o Secretário Daniel –, nós tivemos o cuidado de transformar as políticas da Secretaria em políticas de Estado. Todas elas passaram por aprovação dessa Câmara Legislativa. Entretanto, hoje elas estão sendo absolutamente descumpridas na atual gestão da nova direção da SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	4

Eu queria que isso fosse transmitido ao Governador Ibaneis, porque, se é verdade que ele está preocupado com a população mais pobre, mais carente, mais vulnerável, é preciso que ele corrija aquilo que está acontecendo hoje na Sedes, porque está sendo descumprido justamente esse compromisso que ele manifestou publicamente com as pessoas.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria retirar da pauta hoje – vou fazer isso oficialmente – o item nº 60, que diz respeito a um projeto de decreto legislativo que suspende uma portaria da Secretaria de Cultura que define a utilização das estruturas próprias da Secretaria por entidades ou por pessoas que queiram fazer apresentações culturais. Eu tinha feito o projeto para sustar a portaria porque havia cobrança do uso dessas estruturas, o que é proibido pela Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal. Mas hoje saiu publicada no Diário Oficial do Distrito Federal justamente uma portaria da Secretaria que suspende aquela outra para a qual eu propus o projeto de decreto legislativo. Portanto, vou pedir a retirada exatamente por isso.

Em terceiro lugar, eu queria também comentar o que disse o Deputado Chico Vigilante. Mais uma vez, estão querendo inverter a lógica das coisas. Quando houve o vazamento do telefonema da Dilma com o Lula, ninguém considerou que isso fosse um crime, embora fosse mais do que um crime, porque se tratava da Presidência da República. Entretanto, hoje, a gente vê todas as iniciativas, inclusive dessa mídia golpista, dizerem que vão investigar agora aqueles que deram esse furo jornalístico que são as revelações de conversas que mostram claramente a promiscuidade existente entre um juiz e a acusação do Presidente Lula, até mesmo instruindo o promotor a fazer aquilo de que ele não estava convencido. Portanto, é um absurdo, e nós temos que exigir a anulação do processo de condenação do Presidente Lula.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, todos e todas aqui presentes. Eu quero aqui registrar a nossa satisfação com a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que ontem deu a cautelar em relação à utilização dos recursos do FAC – Fundo de Apoio à Cultura para outras finalidades, especialmente para a reforma da Sala Martins Pena, como pretendia a Secretaria de Cultura.

Não se trata de nós sermos contra a reforma da Sala Martins Pena e do Teatro Nacional. Eu representei no Tribunal de Contas porque, antes de tudo, qualquer ação do governo tem que ser pautada na legalidade. E a Lei Orgânica da Cultura é muito clara. Ela diz que o dinheiro do fomento não pode ser utilizado para outras finalidades além do próprio fomento.

Isso é o que o governo pretendia fazer, com um edital que, inclusive, tinha várias fragilidades do ponto de vista de responsabilidade, do ponto de vista de legalidade, podendo-se utilizar organizações da sociedade civil para fazer reforma. A

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	5

gente, inclusive, ajudou o governo nesse sentido, porque, se esse edital fosse em frente, poderia provocar uma eventual denúncia por crime de responsabilidade.

Ficamos satisfeitos que o Tribunal de Contas tenha dado essa cautelar. É uma grande vitória do movimento cultural! A nossa representação foi anexada a outra feita pelo Ministério Público de Contas. Agora, a Secretaria de Cultura tem um prazo para se pronunciar em relação a isso. Se for o caso, pode recorrer, mas eu imagino que eles tenham o bom senso de revalidar o edital do FAC e atender aos 269 projetos, 25 milhões, 10 mil empregos diretos e mais 20 mil indiretos que serão gerados com o FAC Áreas Culturais. É isso que nós queremos.

Já disse aqui, em outras oportunidades, que os projetos do Fundo de Apoio à Cultura são, para a maioria das regiões administrativas, a única possibilidade de acesso à cultura. Projetos literários, projetos de teatro, de música, de literatura são, para a grande maioria das crianças e dos jovens do Distrito Federal, o único momento, a única alternativa de garantias dos direitos culturais.

Ficamos, realmente, muito felizes com essa decisão do Tribunal de Contas, e seguiremos defendendo a cultura, defendendo a oferta cultural, a democratização do acesso à cultura. E, como eu digo, a nossa posição aqui vai ser sempre de oposição àquilo que nós considerarmos negativo, como foi o cancelamento do edital do FAC, mas também de construção e de colaboração com o governo, naquilo que nós entendemos ser positivo, a exemplo do que vamos fazer agora, apoiando a reforma do Memorial dos Povos Indígenas, apoiando o Sistema Público de Bibliotecas Públicas, apoiando projetos da Secretaria de Cultura que são importantes e necessários à população. Porém, quando identificarmos que o governo infringiu o limite da legalidade, que ele afrontou os direitos da sociedade, nós vamos nos colocar em oposição.

É isto o que nós queremos fazer: agir com responsabilidade e agir de forma efetiva, porque, acredito, os nossos discursos são importantes, mas as nossas ações são mais importantes ainda. E o que nós temos que fazer é agir, atuar de forma concreta em defesa dos direitos da população.

Então, parabeno o Tribunal de Contas do Distrito Federal, que é um parceiro desta Casa, que é anexo, que é auxiliar da Câmara Legislativa, do Poder Legislativo do Distrito Federal, e que vai ser sempre acionado por nós, quando identificarmos que o Poder Executivo infringiu a lei, agiu de forma contrária àquilo de que a população precisa, ao que ela deseja e tem como garantia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Leandro Grass.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
12	06	2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	6

alguns temas que deixam a gente com uma preocupação grande em relação ao que está acontecendo. O primeiro deles é relacionado ao desmonte do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura.

Não sei se os Parlamentares aqui, servidores, servidoras acompanham esse debate. O nosso Brasil é um país que avançou no sentido de construir um instrumento que investiga a tortura, especialmente nas instituições totais, com a fiscalização nas unidades de internação, hospitais, presídios e outras instalações de privação de liberdade.

Nós temos o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Infelizmente, ontem, dia 11 de junho, houve a extinção dos cargos dos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Governo Bolsonaro transformou a função exercida por esses peritos em trabalho de utilidade pública não remunerada, o que significa, na verdade, extinguir o Comitê e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura. Quem é que, voluntariamente, vai enfrentar todas as estruturas de Estado para denunciar as violações de direito e fazer o combate adequado às situações de tortura nos estabelecimentos de privação de liberdade? O Mecanismo tinha alguma autonomia para trabalhar nesse sentido e essa autonomia garantia a capacidade mínima de investigação dentro desses estabelecimentos. Essa é uma situação grave.

Nós, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, já estamos trabalhando no sentido da construção de um comitê e de um mecanismo no Distrito Federal. Vários Estados já têm comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura, e o Distrito Federal precisa de um comitê e de um mecanismo. Nós percebemos isso na audiência que discutiu o sistema prisional, que o Deputado Leandro Grass protagonizou, e nas visitas que fazemos às unidades de internação.

Eu sou assistente social do sistema socioeducativo e atuo dentro das unidades. É importante que haja a prevenção e um mecanismo que atue no âmbito distrital.

Eu acho que esse foi um retrocesso imenso, mais um retrocesso praticado por esse Governo Federal. Queremos manifestar o nosso repúdio. Inclusive vou apresentar uma moção nesta Casa hoje, manifestando repúdio ao Governo Federal pela extinção da autonomia e das condições de funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

A pauta positiva – que nós esperamos que seja positiva – é que hoje o Supremo Tribunal Federal está julgando o decreto do governo que prevê a extinção dos conselhos. Eu acho isso muito positivo porque o Governo Federal não se deu nem ao trabalho de colocar conselho por conselho e discutir qual ele queria extinguir, qual ele não queria. Não, ele fez uma extinção em massa de diversos conselhos que são fundamentais para a discussão das políticas públicas. São esses conselhos que pensam esse processo. E ele editou esse decreto.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	7

Já foi proferido o voto do relator e voto do relator é para que esse decreto não permaneça. Então, eu acho que há espaço para que esse decreto caia e que os conselhos sejam restituídos no nosso País. Esse pode ser o caminho para derrubarmos também a decisão do governo em relação à prevenção e ao combate à tortura. Claro, isso tem a ver com a posição do governo com relação a esse tema, um governo que não pensa a importância da prevenção e do combate à tortura.

Este tema já foi reforçado por outros Deputados: a importante decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre a valorização da cultura no Distrito Federal. O que acontece é que vários artistas da nossa cidade precisam acessar, sim, o Fundo de Apoio à Cultura, o FAC. A decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal impedindo esse desvio de recurso foi muito importante para a valorização do FAC. O FAC precisa ser transferido para valorizar projetos na área cultural, na nossa cidade.

Nós temos, diferentemente do que alguns acham, diversos artistas de grande relevância. O Distrito Federal inclusive já exportou grandes artistas e músicos de grande relevância para o País, que fazem um trabalho fundamental na nossa cidade.

Eu quero hoje aqui valorizar esses trabalhadores da cultura e dizer que esse ganho não é um ganho do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tomou a decisão, mas é um ganho de várias frentes que têm lutado em defesa da cultura com pronunciamentos, com propostas de decreto legislativo, com ações judiciais, com mobilizações de rua, especialmente os agentes culturais que estão na rua todos os dias.

Nós nunca vimos um fórum de cultura tão mobilizado na rua para derrubar essa decisão. E esse é um grande ganho do fórum cultural e dos agentes culturais da cidade, porque o FAC existe para valorizar as ações culturais. Eu queria saudar os agentes culturais nesse sentido porque essa foi uma vitória da cultura.

Eu espero que o governo, a Secretaria de Cultura, todo mundo possa rever suas decisões nesse sentido para que o caminho da discussão da cultura possa ir, agora, por meio do consenso, do diálogo, da construção de coesão. Acho que pode melhorar para todos os lados, tanto com relação à atuação governamental na área da cultura e, especialmente, para o povo do Distrito Federal, com o fortalecimento da política cultural no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado Martins Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou começar a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	8

partir de hoje, como já venho fazendo, a abordar com mais força essa decisão do Governador Ibaneis de querer privatizar a Companhia Energética de Brasília – CEB.

O Governador Ibaneis é advogado e eu sou vigilante. Mas é preciso dizer ao Governador Ibaneis que a CEB Distribuidora, que era a única que existia, foi criada por uma lei federal em 1964, uma lei votada no Congresso Nacional. Portanto, para vender a CEB Distribuidora, precisa haver uma lei aprovada pela Câmara Legislativa, por dezesseis votos. Se S.Exa. quiser vender uma das subsidiárias, também precisará de lei. Inclusive nós já aprovamos nesta Casa, com o meu voto contrário, no Governo Rollemberg, a venda da CEB Lajeado. Agora, para vender as outras subsidiárias, S.Exa. também precisa de lei. A sociedade brasileira sabe o quanto é nociva a venda dessas empresas.

Se o Governador quiser vender a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, também precisará de uma lei para vender essa empresa. Para abrir o capital dessas empresas, não há necessidade de lei. Ele pode abrir desde que o Governo do Distrito Federal continue com 51% do controle acionário da empresa. Para isso, não precisa de lei. Agora, se ele quiser passar dos 51%, deve haver uma lei para aprovar a venda.

A mesma situação acontece com o Banco de Brasília – BRB. Ouço dizer que o Governador disse que não quer vender o BRB. Que bom que não quer vender o BRB, mas não pode vender as outras também!

Anteontem, eu tive um almoço com o Presidente do BRB, que é um funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal. Sinceramente, eu fiquei impressionado com as propostas que ele tem para o BRB. Fiquei impressionado de maneira positiva, e quero louvar a atitude dele. É positivo o que ele está fazendo. Deputada Arlete Sampaio, ele quer transformar o BRB do que é – aquilo que nós sonhamos sempre – em um banco de desenvolvimento regional para atender a toda região Centro-Oeste. Seria o banco do Centro-Oeste. Para isso, ele tem o nosso apoio. Eu disse para ele que nós, da bancada de Oposição, vamos apoiá-lo nesse sentido. Quanto mais se fortalecer o Banco de Brasília, isso será melhor para a população. O Banco de Brasília é um banco querido, é um banco amado pela população do Distrito Federal. Portanto, nós temos que tratar o BRB com o carinho que merece.

Acho que o banco está em boas mãos. Os dirigentes que estão lá são competentes, são sérios e são honestos, o que é muito bom. Portanto, eu louvo a atitude do Governador de ter escolhido uma diretoria à altura do que são o Presidente, Sr. Paulo Henrique, e os demais dirigentes do BRB. Por outro lado, lamento a posição do Governador de, sofrendo pressão do capitão capiroto, querer vender as nossas estatais CEB e Caesb. Não aceito. Não podemos aceitar, em hipótese alguma, a venda dessas empresas.

Que o capitão capiroto vá cuidar do inferno e deixe o Brasil em paz!

Obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	9

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Iolando Almeida. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só queria acrescentar uma questão que eu acho que nem todos os Deputados, particularmente aqueles que não são servidores do Distrito Federal, sabem.

Hoje o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV está absolutamente vinculado ao BRB. Ele é acionista do BRB e recebe dividendos do BRB. Se o governo ousar privatizar o BRB, vai falir o Iprev do Distrito Federal. Portanto, vai prejudicar a aposentadoria de todos os servidores que dependem da administração pública do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não há mais nenhum inscrito nos Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Antes da leitura do primeiro item de pauta, consulto os Líderes se há acordo para o sobrestamento dos itens nºs 1 a 24, relativos aos vetos, da Ordem do Dia, e deliberação das demais proposições da pauta da Ordem do Dia.

Não há manifestação em contrário.

Item nº 28:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 109, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “autoriza o transporte de animais domésticos no serviço de transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal”.

Esta Presidência informa que, em virtude do pedido de vista pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Hermeto, não foi possível a aprovação dele em primeiro turno. Nesse sentido, consulto o nobre Deputado Relator da Comissão de Constituição e Justiça se já está em condições de proferir seu parecer.

Solicito ao Relator, Deputado Hermeto, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Hermeto, solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Martins Machado, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sr. Presidente, designo o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	10

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*, para que não paire nenhuma dúvida sobre o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	11

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM	DATA: 12/06/2019
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR		1
2	ARLETE SAMPAIO	PT	1	
3	CHICO VIGILANTE	PT	1	
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT		1
5	DELMASSO	PRB	1	
6	EDUARDO PEDROSA	PTC		1
7	FÁBIO FELIX	PSOL	1	
8	HERMETO	MDB		1
9	IOLANDO ALMEIDA	PSC		1
10	JAQUELINE SILVA	PTB		1
11	JOÃO CARDOSO	AVANTE		1
12	JORGE VIANNA	PODEMOS	1	
13	JOSÉ GOMES	PSB	1	
14	JÚLIA LUCY	NOVO		1
15	KELLY BOLSONORO	PATRITA		1
16	LEANDRO GRASS	REDE	1	
17	MARTINS MACHADO	PRB	1	
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	1	
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE		1
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD		1
21	ROOSEVELT VILELA	PSB		1
22	TELMA RUFINO	PROS		1
23	VALDELINO BARCELOS	PP	1	
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB	1	
RESULTADO			11	13

QUÓRUM	
11	PRESENTES
13	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JORGE VIANNA

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 06 2019	15h05min	52ª Sessão Ordinária	12

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Esta Presidência informa que temos 11 Deputados em plenário. Houve 13 ausências.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo *quorum* regimental para deliberações, em razão da aprovação do Requerimento nº 500, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 13 de junho de 2019, será transformada em comissão geral para debater a situação e as propostas relativas à prestação de serviços funerários no Distrito Federal.

Agradecendo aqui a presença de todos, esta Presidência vai encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h58min.)